



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002627-86.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda**  
 Requerente: **LILIAN NAVE DA FONSECA**  
 Requerido: **Hyundai Caoa do Brasil Ltda. e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que adquiriu veículo da primeira ré em dezembro de 2014, dando como parte do pagamento outro automóvel de sua propriedade.

Alegou ainda que foi obrigada a realizar em janeiro de 2015 o pagamento de valores que reputa indevidos, de sorte que almeja à condenação dos réus a ressarcir-la a esse título.

Determino de início a exclusão da relação processual do réu **OLAVO PRATES RODRIGUES JÚNIOR**.

Isso porque ele não tomou parte nos fatos trazidos à colação e se o fez foi na condição de funcionário da ré, agindo exclusivamente em benefício dela.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

O recebimento do cheque cuja cópia se encontra a fls. 11/12 inclusive teria ocorrido nessas circunstâncias e por exigência da ré, como assinalou a autora a fl. 03, último parágrafo.

Como ele, portanto, em momento algum agiu em nome próprio, não ostenta possibilidade de figurar como réu no processo.

No mais, a ré é revel.

Citada regularmente (fl. 22), ela compareceu à audiência realizada (fl. 48), mas não ofertou contestação (fl. 55), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Por outro lado, pelo que se extrai dos autos é certo que o pagamento por parte da autora para a aquisição do novo veículo aconteceu em 23/12/2014, como se vê a fl. 10.

Essa data, portanto, deve ser tida como a da implementação do negócio, pouco importando que a autora tenha recebido o automóvel em janeiro de 2015.

Na verdade, isso se deu certamente pela impossibilidade da ré proceder à pronta entrega do veículo, não assumindo maior relevância o fato de fazê-lo alguns dias depois porque de qualquer sorte o contrato já estava concretizado.

De igual modo, a circunstância da autora permanecer com o automóvel dado como parte do pagamento não afetou a consumação do ajuste em data anterior.

Em consequência, não poderia a autora ser obrigada a responder pela primeira parcela do IPVA e pelo DPVAT do automóvel que conservou consigo, pois desde dezembro/2014 ela já não mais lhe pertencia.

Tais importâncias haveriam de ser suportadas pela ré.

O mesmo raciocínio demonstra que era da autora a responsabilidade de quitar o IPVA do novo automóvel no ano de 2014 porque já nesse ano ele era seu, ainda que o tivesse recebido pouco depois.

No mais, a autora não amealhou elementos minimamente consistentes de que a multa no importe de R\$ 85,13 teria sido paga em duplicidade, ao passo que o dispêndio para a vistoria do automóvel dado no negócio deveria ter sido realmente feito por ela porque a providência era necessária para que se patentearse a regularidade do mesmo.

A autora, em suma, fará jus ao ressarcimento de R\$ 774,38 (somatória de R\$ 668,73 e de R\$ 105,65), na forma preconizada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito relativamente ao réu **OLAVO PRATES RODRIGUES JÚNIOR**, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, e **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré **HYUNDAI CAO A DO BRASIL LTDA.** a pagar à autora a quantia de R\$ 774,38, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2015 (época do desembolso dessa soma), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 31 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**